

RESENHA

A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA.

ECONOMY POLITICIZES: CRITICIZES THE DUALIST REASON

Antonia de Abreu Sousa¹

O livro, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira, foi publicado em 1972, pela editora dos Novos Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. Essa obra faz parte do restrito grupo de livros considerados clássicos no entendimento da formação e da estrutura da sociedade burguesa brasileira. Pode ser considerada a primeira grande tentativa de ler o Brasil moderno, com base nas dinâmicas e tensões da acumulação capitalista, em um diálogo criativo com *O Capital*. Nesse sentido, ele se insere no campo marxista formulado por Caio Prado Júnior, que concebeu a formação do Brasil desde o início no contexto da expansão do capitalismo comercial europeu.

Particularmente, a obra de Francisco de Oliveira constitui aporte para o pensamento de esquerda no confronto com outras interpretações teóricas principalmente com as elaborações conceituais da matriz weberiano-cultural.

Assim sendo *Crítica à Razão Dualista* tem como objetivo fundar ou refundar uma leitura marxista da história do Brasil moderno, isto é, entende-la no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema como modo capitalista de produção e suas formas não clássicas da revolução burguesa e, ainda, participar do movimento de destruição/criação das interpretações do Brasil, então formuladas, ou em curso, no âmbito do CEBRAP, tendo como centro o nacional-desenvolvimentismo.

A tese central de *Crítica à Razão Dualista* é, portanto, de que a originalidade nacional está no fato de que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1988, p. 36), configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada.

O primeiro tema tratado, por Francisco de Oliveira, é sobre a funcionalidade do atraso no desenvolvimento capitalista brasileiro. O autor parte do conjunto de medidas, tomadas, de início, em 1930, para facilitar a industrialização brasileira – a criação das leis trabalhistas, a transferência de excedentes da atividade agroexportadora para a indústria, a expansão da infra-estrutura e das empresas estatais e a articulação entre a

entrada de capitais estrangeiros e a expansão das empresas privadas nacionais – tinha como finalidade implantar uma política de Estado para favorecer a acumulação burguesa.

Oliveira (1988) compreende a Revolução de 1930, liderada por Vargas, como a revolução burguesa não clássica, isto é, sem rompimento com a estrutura agrária anterior e encimada pelo Estado. É assim que para introduzir um novo modo de acumulação qualitativamente distinto, o nacional modelo agrário passou a industrial – tendência que se concretizou com a predominância de participação na renda interna – com início em 1956.

Oliveira (1988) chama atenção da importância da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – para o avanço da industrialização no País, intervindo o Estado brasileiro para fomentar o modo de produção capitalista e promover sua expansão. Na medida em que nossas classes burguesas são débeis, criou uma política salarial ratificada pela legislação trabalhista de rebaixamento do conjunto de assalariados – de tal modo que permitiu à burguesia um espaço significativo para o incremento do capital. Se por um lado o Estado deprimiu o salário, depreciando sobremaneira o nível de vida das classes trabalhadoras, de outra parte configurou as bases da descomunal concentração de capital nas mãos de um setor capitalista.

Como Oliveira analisou, a base capitalista relativamente pobre e a falta de perspectivas de restaurar um modo de acumulação vinculado à divisão internacional do trabalho, condições existentes entre 1930 e 1945, fizeram com que a industrialização só fosse viável mediante a ativa promoção estatal que resultasse em expressiva transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial. Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido por meio de pacto populista, o qual, em contrapartida, permitiu a reprodução das formas que caracterizam processos de acumulação primitiva no campo, pois, ao se excluir o mundo rural da CLT, evitou-se uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais. Assim sendo, os trabalhadores rurais e a maioria dos ocupados no terciário não foram inseridos no novo estatuto do trabalho a CLT, reproduzindo formas de exploração do trabalho prévias à fase monopolista do capitalismo.

O autor de *Crítica à Razão Dualista* informa que a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, pois estipulou padrões salariais que viabilizaram o cálculo empresarial e fomentou a formação de um amplo “exército industrial de reserva”.

Francisco de Oliveira, explicando a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, contesta a tese da chamada “substituição de importações”, visão errada da CEPAL, de que o desenvolvimento do capital e sua valorização se realizariam no “mercado” com a dinâmica dos preços, ou seja, o argumento está em que um dos elementos constitutivos da industrialização brasileira a substituição das importações, pautava-se nas necessidades do consumo, e não nas necessidades da produção. A consequência dessa tese é o desprezo pela divisão da sociedade em classes como motriz do desenvolvimento capitalista (este tipo de abordagem da CEPAL, balizado pela economia-neoclássica, que prescreve deixar a economia encontrar o seu equilíbrio por si mesma, tem como característica a crítica contra a teoria do valor de Marx, enfatizando o aspecto do consumo, considerado pelos cepalinos como fundamento para a evolução da sociedade moderna).

A tese do autor que oferece crítica à teoria dualista ou estruturalista, demonstrou que o desenvolvimento brasileiro não ocorreu pela substituição de importações, mas pela possibilidade de acumulação, o que procura ser mostrado mediante os seguintes elementos: a) a regulação das leis de relação entre trabalho e capital; b) intervenção do Estado na economia; c) papel da agricultura; d) formação do setor industrial e, e) inchaço do setor terciário como modo de acumulação do espaço urbano.

O segundo tema, tratado pelo autor, enfoca o moderno capitalismo brasileiro enfocando o setor agrícola, informal, excesso de trabalho e barateamento da força de trabalho. Para Francisco de Oliveira as bases econômicas e materiais da industrialização contaram com a fixação do salário mínimo e a formação do programa de produção de bens de consumo duráveis e de capital.. Assim o Brasil rumou para modernização capitalista. A função da agricultura de subsistência e de seu excedente articulou-se dialeticamente com a disposição de acumulação concentrada de capital, formando um processo combinado, já que o conjunto das relações modernas de produção capitalista se apropriava e se apoiava no atraso expressado pelo setor agrícola. Sobre esse ponto ocorre uma das inflexões importantes com respeito à tradição interpretativa cepalina sobre a função da agricultura de subsistência para a acumulação interna de capital. Aqui, a CEPAL havia parado na tese do setor atrasado como obstáculo ao desenvolvimento.

Sumariando a tese defendida por Francisco de Oliveira, pode-se dizer que a não-superação da problemática de teor agrário permitiu a manutenção da força de trabalho a níveis reduzidíssimos, circunstância esta que assentiu em uma acumulação de capital e

em um incremento industrial com maior intensidade e viabilidade. Portanto, pode-se, então, entender que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização. Ainda de acordo com o autor, a prevalência de mecanismos de atraso no sistema agrícola forneceu para os centros urbanos industrializados um enorme contingente de mão-de-obra e uma expansão do exército industrial de reserva.

Evidencia-se a repressão sistemática sobre os salários como pilar da expansão capitalista brasileira. Desse modo, é de Francisco de Oliveira o mérito de desvendar as relações efetivas entre esses elementos constitutivos do desenvolvimento capitalista no Brasil. Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro da expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalina.

Para Francisco de Oliveira o sistemático e ostensivo rebaixamento do custo da força de trabalho foi completado por um relacionamento urbano caótico e antidemocrático (já que a questão habitacional era um dos elementos constitutivos das demandas democráticas) para as classes trabalhadoras, de modo a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, mediante a criação de mutirões (e hoje de centros habitacionais nas periferias), invariavelmente realizados pelos próprios proprietários, impossibilitando a exigência de melhores salários e condições de vida mais dignas para o conjunto da classe trabalhadora.

A tese de Oliveira, em *Crítica da Razão Dualista*, é a expansão das formas capitalistas modernas não só não era impedimento para existência de formas socioeconômicas atrasadas, como delas se alimentava para manter ou elevar as taxas de lucro.

Oliveira observa que a expansão capitalista se intensificou e aprofundaram-se suas contradições – no Governo Kubitschek e na economia pós-1964. O plano de metas de Juscelino (cinquenta anos em cinco), balizado pela aceleração da industrialização, teve de recorrer a financiamentos externos, tornando nossa economia ainda mais dependente; na ditadura militar, o nível das contradições aumentou, na medida em que a dependência externa cresceu com as necessidades de incremento da economia.

De acordo com o autor, as redefinições ocorridas sob o regime militar não caracterizavam uma revolução econômica burguesa, pois indicavam muito mais a continuidade de processos de contra-revolução (como a dependência externa, a

concentração de renda e a reprodução das relações de subordinação política e pessoal no campo, entre outros).

O diferencial entre os dois momentos, de acordo com Francisco de Oliveira, é que a partir de 1964, com a monopolização da economia e a intensificação dos empréstimos externos, apareceram com maior peso no sistema econômico brasileiro os setores financeiros ligados ao mercado de capitais, dando início “à precoce hegemonia do capital financeiro”; lembrando ainda que a característica fundante da política econômica e da “política” propriamente dita na ditadura militar foram a contenção repressiva do salário e a opressão política sobre os trabalhadores; ou seja, a ditadura foi o instrumento utilizado pela burguesia para levar ao extremo esse processo que vem da própria constituição do capitalismo nacional.

É assim, que o tratamento dado por Oliveira a processos que conceituou como contra-revolucionários parece permitir tratar como revoluções econômicas burguesas as transformações que impulsionaram a expansão das formas mais modernas do capitalismo no Brasil. Em especial, a combinação entre expansão do capitalista monopolista e a recriação de processos típicos da acumulação primitiva sugeriu analisar a dinâmica capitalista brasileira com arrimo dialética revolução-contra-revolução econômica burguesa.

¹ Doutoranda em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; mestra em Educação; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR; pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; pedagoga no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFETCE